

INFORMATIVO bancário



bancariosdf.com.br | Brasília, 02 de fevereiro de 2026 | Edição 1.548



MODELO DE GESTÃO PELO MEDO NOS BANCOS PRODUZ AS DOENÇAS MENTAIS, DENUNCIA PESQUISADORA

“Identificamos que o modelo de gestão praticado hoje pelos bancos é um modelo de gestão pelo medo. Os atos de violência decorrentes desse modelo é a intimidação, humilhação e discriminação, que produzem transtornos de ansiedade, o maior transtorno que acomete hoje os trabalhadores das instituições financeiras, em função das metas abusivas e impossíveis de serem realizadas.”

O duro diagnóstico é da psicóloga **Ana Magnólia Mendes**, professora titular do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília (UnB), que coordenou no ano passado a pesquisa sobre “Práticas de Gestão, Violência e Adoecimento pelo Trabalho em Instituições Financeiras” encomendada pela Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN).

Realizada em parceria com os sindicatos filiados à Federação, a pesquisa procurou compreender as



especificidades dos problemas de saúde dos trabalhadores do ramo financeiro na região Centro-Norte. O estudo é um aprofundamento da pesquisa nacional realizada em 2024 pela Contraf-CUT, também coordenada pela professora Ana Magnólia.

“Hoje as empresas têm um discurso de promessa falaciosa, que eu

chamo de discurso capitalista colonial, um canto de sereia, onde os trabalhadores terminam se automedicando, medicalizam seu próprio sofrimento pelo medo, o medo de ser descomissionado, o medo de ser demitido, mas acima de tudo o medo de ser constrangido, o medo de ser excluído, o medo de ser humilhado, o medo de passar vergo-

nha”, constata a pesquisadora.

O medo de ser punido, de ser desprotegido, de ser desamparado, acrescenta Ana Magnólia, “são medos que fazem parte da constituição humana e que começam a ser fabricados por um discurso dentro da instituição, que vai por meio da intimidação produzir a ansiedade. Então, o medo institucional é o medo produzido, é o medo que tem como propósito manipular e controlar você que trabalha na instituição financeira. O medo é usado como uma estratégia de gestão, deliberada, para aterrorizar a nossa psique e fazer com que fiquemos obedientes”.

Confira o vídeo com a avaliação da professora Ana Magnólia.



MANTER TAXA SELIC EM 15% É BOICOTE AO POVO BRASILEIRO

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) mais uma vez repudia a decisão do Comitê de Política Monetária (COPOM) de manter a taxa básica de juros (Selic) em 15% no maior nível desde julho de 2006. Com essa decisão, o Banco Central segue com sua política monetária conservadora ignorando a inflação controlada no Brasil, impondo graves prejuízos aos trabalhadores e trabalhadoras e ao desenvolvimento nacional e boicotando o povo brasileiro.

A manutenção da Selic em 15% enquanto favorece o mercado financeiro e os rentistas ao permitir am-

pliar seu lucro com títulos da dívida pública sem gerar emprego, renda ou investimento produtivo, promove um boicote ao povo brasileiro com impacto direto no orçamento das famílias que enfrentam juros abusivos em empréstimos, cartões de crédito e financiamentos. O resultado dessa política conservadora do BC é o aumento do endividamento, da inadimplência e da deterioração das condições de vida, mesmo com a queda do desemprego.

Além disso, a decisão do Banco Central penaliza o Governo Federal ao impor o deslocamento de bilhões de reais de áreas essenciais como saúde,

educação e infraestrutura para o pagamento de juros da dívida pública.

O argumento do Banco Central da necessidade de manter juros elevados para conter inflação não se sustenta, uma vez que a inflação atual, além de estar controlada, decorre de choques de custo - como preços internacionais - e não de excesso de demanda. O que essa decisão comprova é a profunda desconexão da política do COPOM às necessidades sociais do povo brasileiro, aprofundando a desigualdade e sabotando os esforços do governo federal para impulsionar a economia.

A CUT segue defendendo que

o Banco Central inicie imediatamente um processo de redução da Selic. Convocamos todas as entidades sindicais e o povo brasileiro a seguirem atuantes na Campanha Permanente #MenosJurosMaisEmpregos pela redução da taxa de juros e pelo fim da autonomia do Banco Central. É urgente romper com o rentismo e colocar o Brasil no caminho do crescimento sustentável, com mais empregos, renda e justiça social.

Se é importante para o povo brasileiro, é uma luta da CUT!

Direção Executiva Nacional da CUT

BANCÁRIOS REALIZAM ATO NO CNC EM DEFESA DO BRB COMO BANCO PÚBLICO E PATRIMÔNIO DO DF

O Sindicato dos Bancários de Brasília realizou uma atividade no Centro de Negócios Corporativos (CNC), sede administrativa do Banco de Brasília, reafirmando a defesa do banco como instituição pública estratégica e patrimônio do povo do Distrito Federal.

A atividade ocorre em um contexto de tentativas recorrentes de descredibilização do BRB, em meio a escândalos envolvendo o sistema financeiro nacional. O Sindicato alerta que agentes financeiros têm assediado clientes do banco, disseminando fake news, boatos e práticas de terrorismo psicológico, com o objetivo de provocar a migração de contas e recursos financeiros.



Esse tipo de conduta é grave, antiética e precisa ser combatida com informação, transparência e mobilização. O BRB segue operando normalmente, com solidez, cumprindo sua função pública e garantindo atendimento à população do Distrito Federal.

Para o Sindicato, defender o BRB significa defender um banco público forte, os empregos e os direitos dos trabalhadores, além do interesse da população do DF, que necessita de uma instituição comprometida com o desenvolvimento local, e não subordinada à lógica do lucro a qualquer custo.

A mensagem da atividade foi direta e coletiva: **o BRB é do povo, é estratégico e não pode ser enfraquecido.**

CAIXA NEGOCIAÇÃO É OBRIGAÇÃO, NÃO CONCESSÃO

A Caixa Econômica Federal respondeu ao ofício encaminhado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e confirmou a realização de uma reunião de negociação com a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) do banco. Na pauta estarão temas que vêm gerando forte insegurança e impactos diretos no cotidiano de trabalho nas unidades da Caixa, como o programa Super Caixa, o projeto piloto de migração de função de caixas executivos para auxiliares, os problemas na concessão de crédito consignado e na plataforma de atendimento a pessoas jurídicas (PJ).

O pedido de negociação foi formalizado pela Contraf-CUT no dia 19 de janeiro, por meio do ofício nº 00826, encaminhado à Vice-Presidência de Pessoas da Caixa. No documento, a entidade denuncia que o banco vem implementando mudanças organizacionais de forma unilateral, sem negociação prévia com a representação dos trabalhadores, em descumprimento ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

REESTRUTURAÇÕES E INSEGURANÇA NAS UNIDADES

Entre os principais pontos cobrados está o projeto piloto de migração de função de caixas executivos para auxiliares, implantado sem negociação e que altera atribuições, rotinas e responsabilidades nas unidades.

Outro tema sensível é a plataforma PJ, cuja implementação vem gerando insegurança entre os trabalhadores. Há relatos de falta de treinamento, ausência de definição de fluxos e dúvidas sobre quem permanecerá nas agências para atender clientes que não forem absorvidos pela plataforma.

SUPER CAIXA E CONSIGNADO TAMBÉM NA MESA

O programa Super Caixa também será debatido. A Contraf-CUT cobra mais transparência, esclarecimentos sobre critérios e regras, além dos impactos sobre a remuneração e a organização do trabalho, diante das inúmeras manifestações de insatisfação relatadas pelos empregados.

Além disso, os problemas no crédito consignado, que vêm impedindo



milhares de empregados de contratar ou renovar operações, também serão discutidos na reunião, conforme solicitado pela Contraf-CUT.

PROMOÇÃO POR MÉRITO

Os empregados também cobram que a Caixa apresente uma justificativa para o não pagamento dos deltas (promoção por mérito) em janeiro e informe e a partir de quando o valor será acrescentado ao pagamento dos funcionários que ti-

verem direito à promoção.

A norma interna da Caixa (RH176) que define as regras e critérios da Promoção por Mérito diz que: "A distribuição de Deltas observa o limite orçamentário de 1% da folha de pagamento para gastos com Promoção por Mérito e por Antiguidade [MN, RH175]."

A Contraf-CUT seguirá acompanhando o processo e informará a categoria sobre os desdobramentos da negociação.

SINDICATO BUSCA LIMINAR PARA GARANTIR A INCORPORAÇÃO PARA OS ATINGIDOS PELOS MOVIMENTOS ESTRUTURANTES DO BB

No dia 28 de janeiro de 2025, o Sindicato dos Bancários de Brasília ingressou com novo pedido de liminar na Justiça do Trabalho para que o Banco do Brasil seja condenado a incorporar a gratificação de função dos empregados e empregadas descomissionados no contexto da atual reestruturação interna da empresa.

A iniciativa busca proteger trabalhadores e trabalhadoras que já recebiam função gratificada há 10 anos ou mais na data da Reforma Trabalhista (11/11/2017) e que, ainda assim, vêm sofrendo redução salarial em razão dos descomissionamentos promovidos no âmbito dos chamados Movimentos Estru-



turantes. Para esses casos, o sindicato sustenta que há direito adquirido, amparado pelo princípio da

estabilidade financeira e por entendimento consolidado da Justiça do Trabalho.

Na ação, o sindicato afirma que a reestruturação administrativa não pode servir de justificativa para a retirada de parcela salarial incorporada ao longo de anos, devendo o banco manter ou incorporar definitivamente a gratificação de função de todos os empregados que já reuniam os requisitos legais antes da reforma.

O pedido de liminar tem como objetivo evitar danos imediatos, garantindo a preservação da remuneração enquanto o processo é analisado. O sindicato segue acompanhando o caso e orienta os trabalhadores e trabalhadoras potencialmente atingidos a ficarem atentos às informações divulgadas em seus canais oficiais.

SINDICATO E ASSOCIAÇÃO FLOR DA VIDA INAUGURAM PARCERIA NA ÁREA DA SAÚDE E CANNABIS MEDICINAL

A iniciativa reforça a compreensão de que saúde não se limita ao tratamento de sintomas, mas envolve cuidado integral, informação, acolhimento e acesso a alternativas terapêuticas baseadas em evidências. Também fortalece a articulação entre movimento sindical, associações de pacientes, profissionais da saúde e o poder público, contribuindo para enfrentar o estigma e transformar avanços regulatórios em acesso real para quem precisa.

O encontro ocorreu em um momento decisivo do debate regulatório no país. Recentemente, a Agência

Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou novas resoluções que atualizam o marco regulatório do uso medicinal da cannabis no Brasil, revisando dispositivos da RDC nº 327/2019 e avançando sobre lacunas históricas do modelo anterior.

As novas normas estabelecem critérios mais claros para a autorização sanitária da fabricação e importação de produtos à base de cannabis para uso medicinal humano, reorganizam as regras de prescrição, dispensação e monitoramento desses produtos e ampliam as vias de administração autorizadas, como bucal, sublingual e dermatológica.

CANNABIS pode tratar DEPRESSÃO, INSÔNIA, DOR CRÔNICA, DOENÇAS AUTOIMUNES, PARKINSON, entre muitas outras.

*necessário prescrição

Pacientes sindicalizados ao Sindicato dos Bancários de Brasília possuem benefícios que chegam até 50% de abatimento no valor de contribuição associativa.

R\$ 150,00 para início COMPLETO do TRATAMENTO.

Associação + Consulta + Primeiro Frasco

flor da vida

Mande uma mensagem de áudio ou texto pelo WhatsApp 0800 420 0420 ou escaneie o QR Code

Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco S. Edifício Empire Center. Sala 310/311



ENTRE A SAÚDE MENTAL, A PEJOTIZAÇÃO E O FIM DA ESCALA 6X1

FISCALIZAÇÃO INÉDITA, DECISÕES NO STF E NOVAS REGRAS DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA REDESENHAM AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

As relações de trabalho e emprego no Brasil devem passar por mudanças relevantes em 2026, impulsionadas por novas normas regulatórias, julgamentos no STF (Supremo Tribunal Federal) e no TST (Tribunal Superior do Trabalho) e ainda debates e votações no Congresso.

Entre os principais vetores estão a inclusão da saúde mental nas normas trabalhistas, a definição de teses sobre pejetização e uberização, a discussão sobre o fim da escala 6x1 e a aplicação de nova regra para dissídios coletivos. Este levantamento é do portal Jota.

SAÚDE MENTAL NO CENTRO DA FISCALIZAÇÃO

A partir de 26 de maio, a NR 1 (Norma Regulamentadora 1) passa a incluir riscos psicossociais, como assédio moral, metas abusivas e sobrecarga de trabalho. Empresas deverão prevenir e gerenciar esses fatores.

A NR 1 estabelece as diretrizes gerais, obrigações e o campo de aplicação das normas de SST (Segurança e Saúde no Trabalho) no Brasil, gerenciadas pelo Ministério do Trabalho.

Trata-se de a base para a gestão de riscos, introduzindo o GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais) e o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos).

Advogados ouvidos pelo Jota alertam para aumento de fiscaliza-

ções, maior atuação do MPT (Ministério Público do Trabalho) e potencial crescimento da litigiosidade, especialmente em grandes empresas e setores com histórico de afastamentos por adoecimento mental.

PEJOTIZAÇÃO SOB DEFINIÇÃO DO STF

O STF analisa casos que podem uniformizar o entendimento sobre contratos PJ. Processos estão suspensos por decisão do relator, ministro Gilmar Mendes.

Especialistas apontam que a tese genérica pode manter disputas na Justiça do Trabalho, sobretudo em situações de possível fraude, como subordinação, pessoalidade e habitualidade.

O impacto fiscal e previdenciário da pejetização também entra no debate.

UBERIZAÇÃO: VÍNCULO OU NOVA FORMA DE TRABALHO

O julgamento no STF foi iniciado, mas está suspenso. A tendência, segundo advogados, é não reconhecer vínculo empregatício, mas criar regras específicas, especialmente sobre Previdência e proteção contra acidentes.

Parte da comunidade jurídica defende regulamentação legislativa; outra sustenta que o trabalho em plataformas pode ser enquadrado no modelo jurídico já existente.



FIM DA ESCALA 6X1 E JORNADA DE TRABALHO

O Congresso avançou no debate em 2025. O modelo com maior chance de aprovação, segundo apuração do Jota, é a jornada 5x2 (40 horas semanais), e não o 4x3 defendido por movimentos sociais.

O tema enfrenta resistências políticas e é impactado pelo debate sobre produtividade no Brasil.

DISSÍDIOS COLETIVOS E NOVA TESE DO TST

O TST definiu que a recusa arbitrária em negociar permite a instauração de dissídio coletivo, mesmo sem acordo entre sindicatos.

Dissídio coletivo é processo judicial trabalhista para resolver conflitos entre categorias profissionais e econômicas e sindicatos quando não há acordo direto, que envolve

reajustes salariais, novas condições de trabalho ou greves, com a Justiça do Trabalho atuando como último recurso para definir normas que abrangem toda a categoria, funcionando assim como negociação ampliada e judicializada.

Especialistas avaliam que a tese pode pressionar negociações, mas não deve gerar judicialização em massa, por ser aplicada apenas a casos claros de má-fé, como ausência reiterada ou abandono injustificado das tratativas.

RESUMO DA ÓPERA

2026 tende a ser ano decisivo para o Direito do Trabalho no Brasil, com mudanças estruturais que envolvem saúde mental, novas formas de contratação, reorganização da jornada de trabalho e redefinição do papel da Justiça nas negociações coletivas.

O cenário combina maior regulação, insegurança jurídica transitória e disputas centrais sobre o futuro do modelo de proteção social do trabalho.

Como se trata de ano eleitoral, os prazos no Congresso se comprimem e se tornam mais restritos. Assim, a atividade legislativa tende a ser intensa nos primeiros 6 meses do ano. E após o recesso de julho, entra em compasso de espera, com apenas 2 esforços concentrados entre agosto e setembro, orientados à votação de proposições de baixo potencial de conflito.

ELEIÇÕES DO SINDICATO 2026

DUAS CHAPAS CONCORRERÃO NA ELEIÇÃO DO SINDICATO

Foram registradas e homologadas duas chapas concorrentes às eleições do Sindicato para o quadriênio 2026/2030, que acontecerá nos dias 09 a 13 de março de 2026, de forma híbrida.

Acompanhem, pelo site bancariosdf.com.br, as publicações da Comissão Eleitoral, que tem a responsabilidade de zelar para que o pleito ocorra de forma transparente, democrática e em conformidade com o Estatuto da entidade.

EXPEDIENTE

INFORMATIVO **bancário**

Presidente Eduardo Araújo | Secretário de Imprensa Ronaldo Lustosa | Conselho Editorial Wadson Boaventura (BB), Guilherme Simões (Caixa), Robson Neri (BRB) e Eliza Espindola (Bancos Privados) | Editor Gabriel Antonoff | Redação Pedro Batista, Stéfany Santos e Victor Queiroz (colaboração) | Diagramação Valdo Virgo | Sede SHCS EQ 314/315 Bloco A, Asa Sul, CEP 70383-400 | Contatos (61) 3262-9090 | redacao@bancariosdf.com.br | Tiragem 12.000 | Distribuição gratuita | Todas as opiniões emitidas neste informativo são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF

BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

Filial à **CUT**
CENTRO ÚNICO DE TRABALHADORES

CONTRAF
CENTRO NACIONAL DE TRABALHADORES

FETEC CUT
CENTRO NORTE

Acesse o QR code, acompanhe nossas atividades através das mídias sociais

[f](https://www.facebook.com/bancariosdf.com.br) [You Tube](https://www.youtube.com/bancariosdf.com.br) [X](https://www.instagram.com/bancariosdf.com.br) [@](https://www.tiktok.com/bancariosdf.com.br)
bancariosdf.com.br

